



**PREFEITURA DE**  
**NOVA MAMORÉ-RO**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**Mensagem nº 111-GP/2022**

Em, 29 de agosto de 2022.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

RECEBIDO  
Recebemos o Presente Docº  
Em 29/08/22 as 15:41 hrs.  
Geanina Santo  
C.M.N.M

Ao cumprimentarmos os Eminentíssimos Membros do Poder Legislativo Municipal, tomamos a liberdade de submeter à elevada apreciação de Vossas Excelências, Projeto de Lei que autoriza o poder executivo a promover a desafetação e leilão para alienar veículos, sucatas e outros bens móveis inservíveis e dá outras providências”.

Trata-se de Projeto de Lei que visa a conceder autorização para a desafetação e leilão para alienar veículos, sucatas e outros bens móveis inservíveis municipais que não se prestam às suas finalidades e que se encontram em mau estado de conservação.

A conservação de tais móveis, acompanhada da necessidade de protegê-los e armazená-los, submete o erário público a elevados custos administrativos.

Fato é que nem sempre há recursos disponíveis para fazer frente a despesas de tal natureza, o que, no mais das vezes, acaba resultando na degradação e das condições de segurança, com a consequente desvalorização do patrimônio.

Pretende-se, portanto, fomentar o desenvolvimento, atribuindo a elas usos mais adequados, ao mesmo tempo em que os investimentos públicos serão otimizados, com a alocação de recursos para ações que atendam de maneira mais efetiva os legítimos interesses dos contribuintes.

Impende salientar, por relevante, que as alienações ora ventiladas não comprometem, em nada, a prestação dos serviços públicos destinados à população municipal, tendo em vista que são móveis que, no estado em que atualmente se encontram, não atenderiam às condições de segurança e estabilidade requeridas e – repita-se – não se prestam as suas finalidades.

Outrossim, obedientes às responsabilidades típicas do Poder Público, impõe-se reconhecer que não se afigura razoável esperar que a Administração Municipal envie esforços na expectativa, incerta, de auferir vantajosa exploração econômica a partir da gestão destes bens.



**PREFEITURA DE**  
**NOVA MAMORÉ-RO**  
**GABINETE DO PREFEITO**



De outro lado, é cediço que as alienações em tela poderão propiciar o aumento da arrecadação municipal, elevando ainda mais a capacidade de investimento da Administração, proporcionando que recursos sejam alocados em atividades de grande interesse da nossa Cidade.

Envio a presente Mensagem ao tempo em que renovo protestos de grande estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

**MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA**  
Prefeito do Município de Nova Mamoré





**Projeto de Lei nº 111- GP/2022**

Em, 29 de agosto de 2.022.

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A  
PROMOVER A DESAFETAÇÃO E LEILÃO  
PARA ALIENAR VEÍCULOS, SUCATAS E  
OUTROS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, ESTADO DE RONDÔNIA,**  
no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER  
que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte **LEI**:

**Art. 1º.** Fica o poder executivo Municipal autorizado a promover a desafetação para  
realização de alienação mediante leilão público dos bens públicos móveis pertencentes ao  
acervo patrimonial do Município de Nova Mamoré

§1º - A autorização do caput deste artigo abrange tão somente os bens contidos na relação  
anexa, que é parte integrante desta lei

§ 2º - Os bens públicos de que se trata esta lei deverão ser leiloados no estado de conservação  
em que se encontram, considerados economicamente inviáveis para consertos, manutenção  
e improdutivos para uso permanente no serviço público, inservíveis para atendimento.

**Art. 2º.** Os bens a serem leiloados serão previamente avaliados pela Administração para  
fixação do valor mínimo dos mesmos ou pelo leiloeiro.

§1º A avaliação que se trata o caput deste artigo será efetuada por uma comissão instituída  
através de portaria e suas alterações.

§2º Decorrendo mais de 90 dias de sua avaliação, o material deverá ter seu valor  
automaticamente atualizado, tornando-se por base de correção aplicável as demonstrações  
contábeis e considerando-se o período decorrido entre avaliação e conclusão do processo de  
alienação.

**Art.3º.** Para substituir os bens considerados antieconômicos para os cofres públicos e  
improdutivos na execução das ações municipais, será providenciado licitações públicas para



adquirir outros bens considerados necessários para os serviços públicos essenciais a critério da administração.

**Art.4º.** Além das disposições contidas nesta lei, o leilão e que trata a mesma será realizado em conformidade com as normas legais aplicáveis, especialmente a lei federal 8.666/93 e suas alterações.

**Art.5º.** Fica autorizado a contratação de leiloeiro oficial para fiel cumprimento da presente lei, atendendo a legislação vigente.

**Art.6º.** Para as despesas decorrentes da presente lei, fica o poder executivo autorizado a transferir e/ou suplementar dotações orçamentarias.

**Art.7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**MARCELLO RODRIGUES UCHÔA**

Prefeito do Município de Nova Mamoré